

# PARA ALÉM DA CELEBRAÇÃO ELOGIOSA OU DA DENÚNCIA ODIOSA: UM ENSAIO SOBRE IMPLICAÇÕES DAS TEORIAS PÓS-MODERNAS NA EDUCAÇÃO

João Colares da Mota Neto<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste artigo, propomos uma reflexão sobre possíveis implicações das teorias pós-modernas para o campo da educação. Procurando evitar abordagens que celebrem, elogiosamente, ou criticam, odiosamente, as teorias pós-modernas, propomos indicar diferenças epistemológicas e políticas constitutivas de diversos discursos filiados à pós-modernidade. Trata-se, assim, de um ensaio teórico, baseado em pesquisa bibliográfica, tendo-se priorizado, além de autores de referência da pós-modernidade, também aqueles que discutem suas relações com a educação. Concluímos apontando limites epistemológicos e contradições políticas das concepções conservadoras da pós-modernidade, sugerindo, no entanto, que concepções de resistência podem nos capacitar a entender e lutar contra as mais distintas relações assimétricas de poder.

*Palavras-chave:* Pós-modernidade. Educação. Epistemologia.

## 1 INTRODUÇÃO

Fredric Jameson (2007), no seu já clássico *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, propõe a superação de um debate em torno de posições moralistas que apresentam um julgamento final sobre o pós-modernismo, seja para estigmatizá-lo como corrupto ou, ao contrário, para saudá-lo como forma positiva, estética e culturalmente inovadora. De forma semelhante, mas no campo da educação, Sílvio Gallo (2006) afirma que não são poucos os que fazem a apologética da chegada dos tempos pós-modernos e da revolução que causariam na educação, assim como não é

---

<sup>1</sup> Professor Assistente da Universidade do Estado do Pará (UEPA), assessor pedagógico e pesquisador do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP/UEPA), doutorando em educação pela UFPA, mestre em educação e licenciado em Pedagogia pela UEPA. Vinculado, ainda, aos grupos de pesquisa “Constituição do Sujeito, Cultura e Educação – ECOS” e “José Veríssimo e o Pensamento Educacional Latinoamericano”, da UFPA. E-mail: joacolares@hotmail.com.

pequeno, diz, o contingente de autores que criticam a “farsa pós-moderna”, discurso ideológico que, mais uma vez, impede-nos de olhar claramente para a realidade.

Se um conjunto significativo das análises sobre a pós-modernidade (em suas relações com a educação) recai em posições que ou celebram elogiosamente o conceito / o tempo histórico emergente / a nova perspectiva epistemológica / o estágio atual da cultura e do saber representados pelos termos “pós-moderno/pós-modernidade/pós-modernismo”, ou, ao contrário, denunciam, talvez até odiosamente, tais noções e seus significados, observamos que não são muitos os estudos que se propõem a realizar uma análise verdadeiramente ampla, crítica, história e epistemologicamente situada da pós-modernidade.

É assim que concordamos com Jameson (2007) quando afirma que uma análise genuinamente histórica e dialética do pós-modernismo “não se pode dar ao luxo empobrecido de tais julgamentos moralistas absolutos: a dialética está ‘além do bem e do mal’ no sentido de uma escolha fácil do lado em que estamos” (p. 86), pontifica o crítico literário estadunidense.

O interesse que deve nos mobilizar nessas análises, pensamos, precisa estar para além dos julgamentos finais e escatológicos – considerando não só a provisoriade do conhecimento, mas também o caráter conflitivo e dinâmico das teorias, necessariamente movediças – e para além da mera preocupação em classificar e analisar classificações. Posição que é também a de Gallo (2006, p. 553) que acredita que o mais importante é “pensar, com a coragem e a seriedade necessárias, as transformações pelas quais passa o mundo e os desafios que se colocam a cada dia, para além da preocupação de classificar ou nomear esse momento”.

Muito embora não achemos irrelevante refletir sobre quais os melhores termos para designar um determinado objeto, um conteúdo ou uma realidade, pensamos que não se deve abandonar a análise do significado pela mera impropriedade do significante. Ao menos é isso que temos observado em uma certa quantidade de trabalhos que concordam tacitamente com posições designadas por pós-modernas, mas que acabam por refutar completamente a teoria, apenas porque discordam do termo que o representa ou das suas utilizações dominantes, desconsiderando que qualquer teoria,

como qualquer linguagem, é uma arena de disputas ideológicas e de poder, como já afirmara Bakhtin (1999).

Não ignoramos, no entanto, que essa recusa ao termo deva-se à sua grande ambiguidade, em uma dose talvez até maior àquela que é comum em outras teorias, o que já configura, em nosso entendimento, um aspecto negativo, ou, no mínimo, perigoso, que lhe constitui. Não se sabe, *a priori* – e é exatamente isto que estamos defendendo neste artigo –, o que significa o pós-moderno. A ambiguidade lhe é tributária: seu significado depende se o termo é utilizado como substantivo (o *pós-moderno*) ou adjetivo (*condição pós-moderna*); se a partícula *pós* significa superação da modernidade, última fase da modernidade, realização máxima do projeto moderno ou nada disso; depende se utilizamos modernidade, modernismo ou modernização, nas diversas acepções destes termos; do campo de conhecimento que o invoca (a filosofia, as artes, as ciências sociais, os estudos culturais, a pedagogia...); e, finalmente, depende do espaço geopolítico em que o termo é utilizado (Europa, Estados Unidos, América Latina...).

Estamos, por isso, mais uma vez de acordo com Jameson (2007, p. 25) quando este conclui, na direção do que estamos afirmando, que o “*pós-modernismo* não é algo que se possa estabelecer de uma vez por todas e, então, usá-lo com a consciência tranquila”. Para ele, o conceito, se existe um, “tem que surgir no fim, e não no começo de nossas discussões do tema”.

Nos limites deste artigo, e partindo da abordagem do tema já anunciada nesta introdução, procuraremos apresentar, no tópico seguinte, uma visão de conjunto, necessariamente incompleta e arbitrária (posto que parte de uma determinada visão de mundo), das teorias pós-modernas. Em um terceiro momento, buscaremos extrair possíveis conexões entre tais teorias, nas formas anunciadas, e o campo educacional, que nos possibilitarão, ao fim, tecer considerações à guisa de conclusão.

## **2 PÓS-MODERNIDADE OU PÓS-MODERNIDADES? UMA VISÃO SOBRE O CAMPO TEÓRICO**

Conforme afirmamos, em função da ambiguidade do termo, é grande o leque de posições epistemológicas e políticas que pode

ser depreendido do uso do termo “pós-modernidade”. A despeito disso, consideramos possível agrupar tais posições em dois grandes campos de convergência, organizados utilizando-se como critério demarcatório a seguinte questão: “de que serve a pós-modernidade na luta pelo reconhecimento e pela superação da opressão?”.

Ao propor tal questão, assumimos a arbitrariedade de nossa abordagem, no sentido de que há uma posição política e epistemológica que a mobiliza. Com efeito, consideramos que mais importante do que julgar rótulos é avaliar a pertinência e a contribuição de determinada teoria no reconhecimento e na superação das diversas formas de opressão, assumindo-se, desde já, que princípios ético-políticos são inseparáveis de toda e qualquer teoria, metodologia ou epistemologia.

Chamamos os dois grandes grupos de *concepções conservadoras e concepções de resistência da pós-modernidade* e o fazemos apostando em sua pertinência e possível validade para analisar, no próximo tópico, as implicações das teorias pós-modernas no campo educacional. Nosso intento orienta-se pela caracterização dialética da teoria pós-moderna feita por Boaventura de Sousa Santos (2002, 2006, 2007) e por Peter McLaren (1997) e baseia-se, ainda, em passagens de obras de Paulo Freire (2001) nas quais o autor assume-se como *pós-moderno progressista*, em contraposição ao que chamou de *pós-modernismo neoliberal*.

Com base nestes autores, esboçamos, no quadro abaixo, um repertório das concepções conservadoras e de resistência da pós-modernidade, assumidas, criticadas ou caracterizadas por eles.

Pós-modernidade conservadora	Pós-modernidade de resistência
Pós-modernismo lúdico (Peter McLaren/Teresa Ebert)	Pós-modernismo crítico (Peter McLaren/Henry Giroux/Rhonda Hammer)
Pós-modernismo espectral (Scott Lash)	Pós-modernismo orgânico (Scott Lash)
Pós-modernismo cético (Pauline Marie Rosenau)	Pós-modernismo de resistência (Teresa Ebert)
Pós-modernismo celebratório (Boaventura de Sousa Santos)	Pós-modernidade de oposição (Boaventura de Sousa Santos)
Pós-modernismo neoliberal (Paulo Freire)	Pós-modernismo progressista ou radical (Paulo Freire)
	Pós-modernismo oposicional (Hal Foster)

Explicitemos, de início, a posição de Boaventura de Sousa Santos a respeito da pós-modernidade. Santos (2006) relata que começou a utilizar o termo em meados da década de 1980, no contexto de um debate epistemológico. Àquela altura, o sociólogo português falava em pós-modernidade para contrapor-se ao modelo de racionalidade dominante da modernidade, que para ele apresentava sinais de exaustão, indicando que as ciências passavam por uma crise paradigmática.

O paradigma moderno de ciência, cuja melhor formulação tinha sido o positivismo em suas várias vertentes, segundo Santos (2006), assentava nas seguintes ideias fundamentais:

distinção entre sujeito e objecto e entre natureza e sociedade e cultura; redução da complexidade do mundo a leis simples susceptíveis de formulação matemática; uma concepção da realidade dominada pelo mecanicismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científico – considerado o único válido e rigoroso – e outras formas de conhecimentos como o senso comum ou estudos humanísticos; privilégio da causalidade funcional, hostil à investigação das “causas últimas”, consideradas metafísicas, e centrada na manipulação e transformação da realidade estudada pela ciência (p. 25).

Em alternativa à epistemologia dominante, Santos (2006) vislumbrou um paradigma emergente que então designou por *ciência pós-moderna*. Diz ele que, conforme o termo indica, tratava-se de defender a primazia do conhecimento científico (contra a acusação de que o pós-modernismo é anticientífico), mas de uma ciência baseada em uma racionalidade mais ampla, fundada:

na superação da dicotomia natureza/sociedade, na complexidade da relação sujeito/objeto, na concepção construtivista da verdade, na aproximação das ciências naturais às ciências sociais e destas aos estudos humanísticos, numa nova relação entre a ciência e ética assente na substituição da aplicação técnica da ciência pela aplicação edificante da ciência e, finalmente, numa

nova articulação, mais equilibrada, entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento (SANTOS, 2006, p. 25-26).

Ao adjetivar a ciência como pós-moderna, Santos estava, então, criticando a racionalidade científica dominante da modernidade, basicamente por esta configurar-se como um modelo totalitário, posto que "nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e regras metodológicas" (2002, p. 61).

Boaventura de Sousa Santos (2007), nesta direção, caracteriza o pensamento moderno ocidental como um *pensamento abissal*. Com este termo, quer dizer que na modernidade a realidade social é dividida em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha". A ciência moderna radicaliza tais distinções, ao sustentar que este lado da linha constitui o universo do legal, do verdadeiro, do científico, do racional e, em vista disso, tal universo tende a esgotar o campo da realidade considerada relevante. O "outro lado da linha", segundo Santos, é produzido como inexistente, desaparecendo como realidade. Tal é o caso, por exemplo, dos saberes populares, os quais, tidos como irrelevantes, são desperdiçados ou subalternizados.

Entende-se, assim, que mais do que uma crítica epistemológica à ciência moderna, o pós-modernismo de Santos tenha se dimensionado, também, como uma crítica social e política às diversas formas de dominação engendradas pela modernidade, no campo do direito, do Estado, da economia e da política. No entanto, ao transitar do campo epistemológico para o campo sociopolítico, Santos (2006) relata ter percebido que o conceito de pós-modernidade que utilizava tinha pouco a ver com o que circulara na Europa e nos Estados Unidos.

Este último incluía na sua recusa da modernidade – sempre pensada como modernidade ocidental – a recusa total dos seus modos de racionalidade, os seus valores e as grandes narrativas que os transformava em faróis de transformação social emancipadora. Ou seja, o pós-modernismo nessa acepção incluía na crítica da modernidade a própria ideia de pensamento crítico que ela tinha inaugurado. Por esta via, a crítica da modernidade redundava paradoxalmente na celebração

da sociedade que ela tinha conformado (SANTOS, 2006, p. 26-27).

A ideia de pós-modernidade defendida por Santos, ao contrário, diz ele, procurava radicalizar a crítica à modernidade ocidental, propondo uma nova teoria crítica que não convertesse a ideia de transformação emancipatória da sociedade numa nova forma de opressão social. Diz que os valores modernos de liberdade, igualdade e solidariedade sempre lhes pareceram fundamentais, assim como a crítica das violências cometidas em nome deles e da pouca realização concreta que têm tido nas sociedades capitalistas (SANTOS, 2006).

Foi assim que Santos passou a designar sua posição de *pós-modernismo de oposição*, para contrapor-se às concepções dominantes reivindicadas por nomes como Rorty, Lyotard, Baudrillard, Vattimo e Jameson. Essas concepções dominantes, conforme Santos (2006, p. 29), compartilham das seguintes características:

crítica do universalismo e das grandes narrativas sobre a unilinearidade da história traduzida em conceitos como progresso, desenvolvimento ou modernização que funcionam como totalidades hierárquicas; renúncia a projetos coletivos de transformação social, sendo a emancipação social considerada como um mito sem consistência; celebração, por vezes melancólica, do fim da utopia, do ceticismo na política e da paródia na estética; concepção da crítica como desconstrução; relativismo ou sincretismo cultural; ênfase na fragmentação, nas margens ou periferias, na heterogeneidade e na pluralidade (das diferenças, dos agentes, das subjetividades); epistemologia construtivista, não-fundacionalista e anti-essencialista.

Comparativamente à sua concepção oposicionista da pós-modernidade, Santos (2006) relata que em vez da renúncia a projetos coletivos, propôs a pluralidade de projetos coletivos articulados de modo não hierárquico por procedimentos de tradução, impossibilitando a formulação de uma teoria geral de transformação social. Em vez da celebração do fim da utopia, continua, propôs utopias realistas, plurais e críticas. Em vez da renúncia à emancipação

social, Santos pretendia sua reinvenção. Ao invés da melancolia, o sociólogo propôs o otimismo trágico. Em vez do relativismo, propôs a pluralidade e a construção de uma ética a partir de baixo. Em vez da desconstrução, defendeu uma teoria crítica pós-moderna, profundamente auto-reflexiva mas imune à obsessão de desconstruir a própria resistência que ela funda. Em vez do fim da política, incentivou a criação de subjetividades transgressivas pela promoção da passagem da ação conformista à ação rebelde. E, finalmente, em vez do sincretismo acrítico, propôs a mestiçagem ou a hibridação com a consciência das relações de poder que nela intervêm, ou seja, com a investigação de quem hibrida quem, o quê, em que contextos e com que objetivos (SANTOS, 2006).

Em comum com as concepções dominantes do pós-modernismo, o pós-moderno de oposição que defendera partilhava da "crítica do universalismo e da unilinearidade da história, das totalidades hierárquicas e das metanarrativas; a ênfase na pluralidade, na heterogeneidade, nas margens e nas periferias", sendo uma epistemologia construtivista, ainda que não niilista ou relativista (SANTOS, 2006, p. 29-30).

Vê-se, de imediato, que a concepção oposicionista defendida por Boaventura de Sousa Santos nada tem a ver com as críticas francamente encontradas na literatura educacional a respeito da pós-modernidade, no sentido de que é uma teoria despolitizada, subjetivista, que estimula o consumismo e o conformismo, como veremos mais adiante<sup>2</sup>. Trata-se, mais propriamente, de uma crítica à modernidade ocidental, nos aspectos epistemológico e sociopolítico.

Compartilhar da crítica por ele formulada, ainda que possamos discordar de alguns de seus traços, significa, em nosso entendimento, ser capaz de olhar para a modernidade para além de sua concepção emancipatória, desvelando representações hegemônicas que encobrem o excluído e justificam a dominação. Estamos pensando no filósofo Enrique Dussel quando dizemos isto.

Dussel (2011), em sua *Filosofia da Libertação*, escrita em 1976, três anos antes de *Orientalismo* (Edward W. Said) e quatro

2 Trata-se de clichês encontrados também em outras áreas do conhecimento. Santiago Castro-Gómez (2011), analisando as críticas formuladas desde a América Latina à pós-modernidade, rebate denúncias que, em seu entendimento, estão enquadradas em quatro dos rótulos mais generalizados: 1) o fim da modernidade, 2) o fim da história, 3) a morte do sujeito, e 4) o fim das utopias.

anos antes de *A Condição Pós-Moderna* (Jean-François Lyotard), já alertava que seria necessário ir além da modernidade se quisermos superar o eurocentrismo e a opressão cultural sobre os povos colonizados. Procurando entender a modernidade como a outra face da colonialidade, Dussel afirma que antes do *ego cogito* comumente invocado para caracterizar a ciência moderna existe um *ego conquiro*.

Desde el 'yo conquisto' al mundo azteca (1521) e inca, a toda América (*primer genocidio* de la modernidad); desde el 'yo esclavizo' a los negros del África (*segundo genocidio*) vendidos por oro y la plata logrados con la muerte de los indios en el fondo de las minas, desde el 'yo venzo' de las guerras realizadas en India y China hasta la vergonzosa 'guerra del opio'; desde ese 'yo' se despliega el pensar cartesiano del *ego cogito* (1637). (DUSSEL, 2011, p. 30).

É assim que em Dussel a modernidade é vista ao mesmo tempo como conceito e como mito. A modernidade tem um conceito emancipador racional (que é sua única face visibilizada, inclusive pela maior parte das teorias críticas), mas também desenvolve um mito irracional, de justificação da violência, encoberto por seu conceito.

La Modernidad construye un mito irracional *hacia afuera* (al justificar el uso de la violencia, la guerra para destruir los obstáculos al proceso civilizador sobre los pueblos inferiores, posición que defendieron Ginés de Sepúlveda, Kant, Hegel y la mayoría de los filósofos europeos o estadounidenses (DUSSEL, 2011, p. 22).

Mas, embora Dussel, no prefácio de sua *Filosofia da Libertação*, tenha caracterizado seu projeto teórico como uma *filosofia pós-moderna*, popular, feminista, da juventude, dos oprimidos, dos condenados da terra, logo abandona o conceito por perceber que o seu uso corrente resvalava para um niilismo que criticava a razão em si mesma. Passou a chamar, então, de *transmoderna* sua posição, que visa à superação da modernidade, por meio da subsunção de seu conceito emancipador, mas negando-se o seu mito violento e irracional.

Afirma Dussel (2008) que contra os pós-modernos (o autor está pensando em Lyotard, Rorty e Vattimo), ele não criticará a razão enquanto tal, mas admitirá sua crítica contra a razão dominadora, violenta, produtora de vítimas; contra o racionalismo universalista, não negará seu núcleo racional, mas o seu momento irracional do mito sacrificial. Não negará, então, a razão, mas a irracionalidade da violência do mito da modernidade, afirmando a “razão do Outro”, em direção a uma *mundialidade transmoderna*.

Entendemos que esta é uma linguagem diferente, certamente mais radical, de formular a crítica também esboçada por Santos, o qual, não à toa, em seus livros mais recentes, passou a utilizar o termo transmodernidade de Dussel. Liberdade, igualdade e solidariedade, como já afirmamos, na condição de valores decididamente modernos, são assumidos na crítica pós-moderna de Boaventura, talvez por entender que só superando a modernidade é que seu núcleo racional e ético-político emancipador teria condições de se desenvolver.

Vê-se, então, relativamente à questão formulada anteriormente, sobre as contribuições das teorias pós-modernas para o reconhecimento e a superação da opressão, que o pós-modernismo de oposição de Boaventura de Sousa Santos, associado a outras teorias críticas da modernidade, apresenta-se como uma interessante ferramenta no questionamento dos privilégios epistemológicos engendrados pela modernidade, sustentando relações de dominação de classe, gênero, etnia, entre outras, silenciadas por um modelo de racionalidade cúmplice do padrão de poder do “sistema mundo/europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal” (GROSGUÉL, 2008).

O pedagogo estadunidense Peter McLaren (1997) também apresenta uma fértil contribuição a este debate, na medida em que revela diferentes e contraditórios discursos no âmbito do pós-modernismo. Porém, ao passo que em Boaventura de Sousa Santos o debate sobre a pós-modernidade é enfaticamente epistemológico (ao menos foi este o enfoque que privilegiamos de sua obra), em McLaren a tônica será política e pedagógica.

Apoiando-se na classificação de Teresa Ebert, McLaren (1997, p. 65) critica o chamado *pós-modernismo lúdico*, exemplificado nas obras de Lyotard, Derrida, Baudrillard (mesmos autores, lembremos, chamados por Boaventura de *pós-modernos celebratórios*), nos termos de “uma abordagem para a teoria social que é decididamente

limitada em sua capacidade de transformar regimes de poder opressores social e politicamente". Afirma que o pós-modernismo lúdico geralmente enfoca "o fabuloso potencial combinatório dos signos na produção de significados e se ocupa com uma realidade que é constituída por uma contínua característica 'brincalhona' do significante e da heterogeneidade de diferenças".

Pós-modernismo que "é aplaudido por buscar desconstruir a maneira como o poder é empregado dentro de cenários culturais", representando, na sua percepção, "uma forma de destotalizar as micropolíticas em que a especificidade contextual de diferença é organizada contra a maquinaria da dominação" (MCLAREN, 1997, p. 66). Trata-se, assim, de um pós-modernismo que privilegia o aspecto cultural, ideológico ou discursivo, em detrimento da materialidade dos modos de relações de produção<sup>3</sup>.

McLaren (1997, p. 68), em oposição, apresenta seu *pós-modernismo crítico e de resistência*, como uma "forma de intervenção materialista uma vez que não está somente embasado em uma teoria textual da diferença, mas em vez disso, em uma teoria que é social e histórica". Dessa maneira, continua, "a crítica pós-moderna pode servir como uma crítica intervencionista e transformadora da cultura". Diz o autor:

O pós-modernismo de resistência não abandona a polivocalidade ou a contingência do social por completo; em vez disso, a polivocalidade da história é compreendida como relacionada ao conflito de classe, à institucionalização de relações assimétricas de poder e privilégio e pela forma que os eventos históricos são contestados por diferentes grupos (MCLAREN, 1997, p. 68).

**Observamos, na análise de McLaren, uma tentativa de rere a teoria crítica marxista, na busca de superar o determinismo, o**

3 Essa é a concepção que encontramos exemplarmente presente no livro *A Condição Pós-Moderna ou O Pós-Moderno* de Jean-François Lyotard (1988). Ignorando o problema da tradução do título, que apresenta a pós-modernidade ora como adjetivo, ora como substantivo, questão já analisada por Gallo (2006), neste livro o filósofo francês defende que o saber mudou de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entraram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna. Usando o conceito de "jogos de linguagem" do filósofo Wittgenstein, Lyotard afirma que na pós-modernidade todo enunciado deve ser considerado como um "lance" no jogo. Há em sua abordagem uma redução dos conflitos sociais a uma disputa enunciativa, na qual os atos de linguagem provêm de uma agonística geral.

economicismo e o evolucionismo largamente presentes em muitos dos estudos a ela filiados, embora não necessariamente. Não deixa de reconhecer a importância da economia, mas evita dissociá-la do aspecto cultural – como se, de fato, fosse possível fazê-lo; não ignora o poder da história e das determinações, mas não resvala para uma teoria apocalíptica que ignora o papel do agente, da contingência e da liberdade; mesmo reconhecendo a centralidade da categoria de classe social, não subjuga e hierarquiza as lutas de outros grupos socioculturais, preferindo entender as conexões entre classe, gênero e raça, por exemplo.

Portanto, entendemos que a abordagem de McLaren (1997) – assim como a de Boaventura de Sousa Santos –, é uma contraposição às abordagens conservadoras da pós-modernidade, estas que são chamadas por ele (e por Teresa Ebert) de *pós-modernismo lúdico*, mas também de *pós-modernismo espectral* (Scott Lash) ou *cético* (Pauline Maria Rosenau). Sua posição, que chamou, conjuntamente com Henry Giroux e Rhonda Hammer de *pós-modernismo crítico*, encontra outros aliados, a quem cita, tais como o *pós-modernismo oposicional* (Hal Foster), o *pós-modernismo orgânico* (Scott Lash), o *pós-modernismo de resistência* (Teresa Ebert), a *teoria crítica radical* (Mas'ud Zavardeh e Donald Morton) e a *educação pós-moderna* (Stanley Aronowitz e Henry Giroux).

Com o quadro assim esboçado, torna-se evidente que há significativas diferenças políticas e epistemológicas entre as concepções conservadoras e de resistência da pós-modernidade. A posição relativamente assumida por cada uma dessas concepções no contexto do reconhecimento e das lutas contra as distintas formas de opressão é, a nosso juízo, um critério demarcatório útil para seguirmos analisando as também distintas implicações das teorias pós-modernas na educação, objeto do próximo tópico.

### **3 IMPLICAÇÕES DAS TEORIAS PÓS-MODERNAS NA EDUCAÇÃO**

Ao pensar sobre as implicações das teorias pós-modernas na educação não podemos desconsiderar – e é esta, reiteramos, a defesa central deste artigo – que não há homogeneidade nesse campo teórico. Tendo em vista a pluralidade epistemológica e política que lhe é constitutiva, como esperamos já ter evidenciado, as teorias pós-modernas articulam-se diferencialmente com o campo da

educação. Compreender as implicações destas teorias na educação significa, assim, perscrutar qual a concepção de pós-modernidade adotada, situar o espaço geopolítico de quem fala, identificar qual a epistemologia que nutre o seu discurso e compreender as conexões simbólicas e materiais estabelecidas com diferentes grupos sociais.

Gallo (2006), analisando a produção do conhecimento em educação, reconhece a dualidade do aspecto político da pós-modernidade a que temos aludido, duas espécies de pós-modernismo que se conectarão diferentemente com o campo da educação. Explica o autor:

Uma espécie que faz a crítica da modernidade desde uma perspectiva reacionária, na medida em que defende a manutenção do estado de coisas; e uma outra espécie, de resistência, que toma a crítica da modernidade como uma forma de opor-se à manutenção do estado de coisas. Duas posturas políticas antagônicas, duas maneiras distintas de vivenciar e analisar o mesmo fenómeno. (GALLO, 2006, p. 563).

Trata-se de uma característica da pós-modernidade comumente negligenciada no campo da educação, sobretudo por autores filiados ao marxismo, que tendem a vê-la meramente como uma teoria à serviço do capital, do mercado, da dominação de classe, do neoliberalismo. Mapeamos na obra de Lombardi (2010), para citar apenas um exemplo deste tipo de crítica, um conjunto de adjetivos ilustrativos dessa visão limitada (e até raivosa, diríamos) sobre a pós-modernidade: irrealista, idealista, subjetivista, desconstrucionista, pessimista, imobilista, hiperindividualista, conservadora, suporte ideológico do neoliberalismo, consumista, hedonista e narcisista.

Um filósofo marxista do estilo de Ferenc Féher – nome associado à Escola de Budapeste, conjuntamente com Ágnes Heller, György Márkus e Mihály Vajda –, no entanto, auxilia-nos a entender a condição politicamente pluralista da pós-modernidade. Segundo o filósofo húngaro, “El postmodernismo, una condición eminentemente pluralista, puede ser apolítica, pero en la medida en que está comprometida con la política ha sido relacionado hasta ahora con un tipo particular de política izquierdista en todos y cada uno de los casos” (FEHÉR, 1989, p. 23).

É o que observamos no campo da educação. A invocação à pós-modernidade, assim como pode dimensionar-se como um discurso despolitizante, quando se concentra, por exemplo, na análise dos jogos de linguagem desconectados da materialidade da vida social, também pode estar explicitamente à serviço da transformação, da liberdade, da solidariedade, horizontes que definitivamente não estão ou não devem estar aprisionados a nenhuma teoria, constituindo, mais propriamente, o imaginário emancipador da modernidade, encoberto pelo seu mito sacrificial, conforme demonstrado por Enrique Dussel.

Assim, McLaren (1997, p. 66) diz que as educadoras – a marcação de gênero feita pelo autor é proposital – devem assumir uma postura cautelosa em relação ao pós-modernismo lúdico, pois ele, com frequência, “simplesmente reinscreve o *status quo* e reduz a história à suplementaridade da significação ou à caracterização flutuante da textualidade”, resumindo a sua tarefa “à interrogação de enunciações específicas e locais mas, com frequência, falha em analisar tais enunciações em relação às estruturas de dominação maiores e dominantes”.

A concentração nas micropolíticas, nos enunciados específicos, nas problemáticas locais dissociadas de uma visão estrutural ou sistêmica são, sem dúvida, limites desse tipo de pós-modernismo lúdico, celebratório, espectral, cético. A crítica à razão em si mesma promovida por essa pós-modernidade descambou para um irracionalismo niilista que deslegitimou, completamente, os esforços de teorização.

Moraes (2001), analisando as pesquisas educacionais, observará uma tendência ao que chamou de “recuo da teoria”, motivada por um pragmatismo relacionado às demandas e aos interesses do mercado, mas, também, por um profundo ceticismo e desencanto de abordagens abrigadas em torno dos “pós”, “neos” e “anti” de todo tipo.

Ainda que não reconheça qualquer vantagem das críticas à razão iluminista, acabando por reproduzir o mesmo tom escatológico das denúncias marxistas à pós-modernidade, não devemos descartar o alerta de Moraes (2001) para o conformismo atualmente em voga em boa parte da teoria educacional.

Nesse horizonte ideológico apaziguado, constrange-se o agir consciente de mulheres e homens na história. Dilui-se a grande questão dos valores e dos fins. Perde-se a possibilidade de transgressão, para além dos limites

individuais, ou de grupos. De forma ardilosa proclama-se o novo patamar 'democrático', no qual deverão constituir-se os modos emergentes de resistência – ética, política e discursiva – vivenciados por 'atores plurais' ou pelas 'múltiplas identidades sociais'. [...] Entram em cena ao 'atores', saem dela os 'sujeitos'. Atores que articulam relações sempre plurais, sem hierarquias, em fluxo e mobilidade constantes, atores partilhando com outros múltiplas e mutáveis identidades e que têm na ambivalência cultural já existente os limites de sua atuação (MORAES, 2001, p. 12).

**E mesmo que fale aparentemente de forma irônica das múltiplas identidades e do pluralismo, temáticas que preocupam qualquer teórico pós-moderno, Moraes (2001) não é completamente cega ou insensível ao assunto. Dirá que temas emergentes nas pesquisas educacionais como gênero, etnia, geração, confissões religiosas, meio ambiente, multiculturalismo, imaginário, subjetividade, saber-poder, micro-relações devem ser pensados e discutidos com cuidado, mas que estes objetos precisam de uma teoria que não os reduzam a "micro-objetos", deslocados de uma realidade.**

**A questão, então, perguntamos, seria construir uma teoria educacional que nos capacite a analisar (e intervir) as relações de poder micro e macroestruturais de forma integrada, não dicotômica e complexa? Ora, não é exatamente isso que propõe McLaren (1997) com sua concepção oposicionista e de resistência da pós-modernidade? Vejamos:**

O pós-modernismo de resistência leva em consideração tanto o nível macropolítico da organização estrutural quanto o micropolítico de manifestações de opressão diferentes e contraditórias como formas de análise das relações globais de opressão (MCLAREN, 1997, p. 69).

**Não há contradição, assim, entre a pós-modernidade e o estudo da realidade social com base em categorias macroestruturais, como Estado, classe social, ideologia, capital, trabalho. McLaren (1997) afirmará que a ideia de totalidade não deve ser descartada na pós-modernidade, mas apenas um determinado uso redutor. Dirá que as totalidades não devem ser confundidas com a noção de**

metanarrativas de Lyotard, uma vez que a crítica a uma única grande narrativa não dispensa um engajamento *provisório* com discursos do Outro, “de uma maneira que seja unificadora sem ser dominadora e que possa orientar discursos suplementares. Esse discurso seria a narrativa metacrítica dos direitos e da liberdade” (p. 84).

McLaren (1997) se oporá à dicotomia base material e práticas de significação, apostando em um conhecimento global ou relacional que aponta para a existência de uma lógica de dominação subjacente, no interior das práticas de significação que constituem os produtos culturais do capitalismo tardio. O pós-modernismo de resistência que propõe, assim, busca oferecer uma maneira de interrogar a localidade, o posicionamento e a especificidade do conhecimento, em termos de localização de raça, classe e gênero dos alunos e alunas, gerando uma pluralidade de verdades (em vez de uma verdade apodítica construída em torno da norma invisível do eurocentrismo e da etnicidade branca). Ao mesmo tempo, dirá ele, esta perspectiva “também situa a construção do significado em termos dos interesses materiais que estão operando na produção de ‘efeitos de verdade’ – isto é, na produção de formas de inteligibilidade e de práticas sociais.” (MCLAREN, 1997, p. 87).

O autor é bastante enfático na defesa do conceito de totalidade, e acreditamos que este argumento é particularmente útil para nos contrapormos às concepções localistas e despolitizantes da pós-modernidade. Ajuda também a responder às comuns objeções postas por pesquisadores da educação às teorias pós-modernas em geral, ignorando que na perspectiva de McLaren, por exemplo, é cara a ideia de uma narrativa de liberação que oriente sua pedagogia, sendo que o que quer desacreditar é a noção de “projeção fálica” da grande narrativa, mas recuperando uma visão de totalidade como uma temporalidade heterogênea. Os conceitos de totalidade e infinitude, para ele, precisam ser dialeticamente posicionados em qualquer pedagogia da libertação (MCLAREN, 1997).

E, por falar em pedagogia da libertação, concluiremos este tópico com a crítica e a defesa da pós-modernidade de Paulo Freire, que oferecerá um desfecho para o quadro que esboçamos no início deste artigo sobre as concepções conservadoras e de resistência da pós-modernidade.

Paulo Freire, em seus últimos escritos, foi enfático na crítica à *pós-modernidade neoliberal* ou *reacionária*, isto é, aquela que decreta

uma nova História sem classes sociais, sem ideologia, sem luta, sem utopia e sem sonho, discursos que, com ares triunfantes, “decretam a morte dos sonhos e defendem um pragmatismo oportunista e negador da Utopia” (FREIRE, 2001).

Freire está criticando o que chamou de “pessimismos acabrunhadores”, em franca alusão às versões niilistas da pós-modernidade, que desacreditam de qualquer projeto de transformação coletiva, em nome de um “aqui e agora” da história. Nem pessimismo, nem otimismo ingênuo, a *pós-modernidade progressista* de Paulo Freire (2001, p. 10) baseia-se em uma compreensão “realmente dialética da confrontação e dos conflitos e não sua inteligência mecanicista”. Dirá ele:

Em lugar da decretação de uma nova história sem classes sociais, sem ideologia, sem luta, sem utopia e sem sonho, o que a cotidianidade mundial nega contundentemente, o que temos que fazer é repor o ser humano que atua, que odeia, que cria e recria, que sabe e que ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire, no centro de nossas preocupações” (FREIRE, 2001, p. 10).

Trata-se, assim, da tentativa de superação de uma compreensão mecanicista da História, por outra que, “percebendo de forma dialética as relações entre consciência e mundo, implica necessariamente uma nova maneira de entender a História” (FREIRE, 2001, 47). É a defesa constante de Freire da História como possibilidade, descartando perspectivas que concebem a predeterminação do futuro, sem desconsiderar, evidentemente, o papel dos condicionantes a que estamos submetidos.

Ao recusar a História como um jogo de destinos certos, como um dado dado, ao opor-se ao futuro como algo inexorável, a História como possibilidade reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência e da subjetividade, da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo” (FREIRE, 2001, p. 47).

Conforme Scocuglia (2010), intérprete de Paulo Freire, na *Pedagogia da esperança* (1992), livro em que Freire relê seus

próprios escritos, fica evidente que as temáticas nucleares das suas proposituras práticas e teóricas hegelianas-humanistas-marxistas ganham um olhar multicultural de gênero, de raça e de diversidade. Dirá Scocuglia que nem por isso “classe”, “hegemonia”, “ideologia”, por exemplo, desaparecem das suas reflexões. Freire assume o discurso da pós-modernidade progressista, como forma de reiterar sua posição de combate ao neoliberalismo, ao conservadorismo, ao determinismo, ao unitarismo, o que o leva a criticar tanto a pós-modernidade neoliberal, quanto o dogmatismo marxista, porque ambos deixam de ver a História como possibilidade e secundarizam o papel de homens e mulheres do devir histórico.

É assim que neste livro Freire indica a necessidade de os marxistas superarem sua autocomplacência de que eles são modernos, a fim de que adotem uma atitude de humildade para lidar com as classes populares, e tornarem-se, pós-modernamente, pessoas com menos e menos certezas – progressivamente pós-modernos. Ao combater tanto a “esquerda sectária”, quanto a “direita oportunista”, dirá Scocuglia, “Freire conclama: ‘vamos ser pós-modernos: radical e utopicamente pós-modernos’, na esperança de construção ‘de uma sociedade que seja menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que a sociedade que temos agora’ (1992, p. 51)” (SCOCUGLIA, 2010, p. 272).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter evidenciado, ao longo do texto, que não há monolitismo no conjunto das teorias pós-modernas. Termo profundamente ambíguo, seu uso, seja como apropriação, seja como crítica, exige cuidado em relação às intenções políticas e fundamentações epistemológicas não só diferenciadas, mas, em muitos sentidos, até antagônicas.

Por esta razão, as implicações das teorias pós-modernas na educação tampouco podem ser avaliadas em bloco, *démarche* comumente presente na literatura educacional, que ou as celebra, elogiosamente, ou as critica, odiosamente. A despeito da ambiguidade e da diferença que lhes são tributárias, caracterizamos as teorias pós-modernas em concepções conservadoras e de resistência, utilizando-se como critério demarcatório suas contribuições no reconhecimento e na luta contra as várias formas de opressão.

Ao privilegiar as concepções de resistência, pudemos observar que elas oferecem uma crítica contumaz ao modelo totalitário de racionalidade da modernidade, que tende a encobrir a razão e os conhecimentos de populações historicamente marginalizadas, além de oferecerem alternativas às educadoras e aos educadores críticos comprometidos com a História como possibilidade, com a vida solidária e com a transformação social.

## **BEYOND THE LAUDATORY CELEBRATION OR THE ODIOUS COMPLAINT: AN ESSAY ON IMPLICATIONS OF POST-MODERN THEORIES IN EDUCATION**

### **ABSTRACT**

In this paper, we propose a reflection on possible implications of postmodern theories to the field of education. Avoiding approaches that celebrate, growingly, or criticize, odiously, the postmodern theories, we propose indicate epistemological and political differences that constitute many discourses affiliated with postmodernity. It is thus a theoretical essay based on literature review, and has prioritized, beyond the authors of reference of postmodernity, also who discuss its implications to education. We conclude indicating epistemological limits and contradictions political of conservative conceptions of postmodernity, suggesting, however, that conceptions of resistance can enable us to understand and face against the most distinctive asymmetrical power relations.

Keywords: Postmodernism. Education. Epistemology.

### **REFERÊNCIAS**

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Crítica de la razón latinoamericana*. 2ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriano: Instituto Pensar: COLCIENCIAS, 2011.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la Liberación*. México: FCE, 2011.

\_\_\_\_\_. 1492, *El encubrimiento del Otro*: Hacia el origen del "Mito de la modernidad". La Paz: Biblioteca Indígena, 2008.

FEHÉR, Ferenc. La condición de la postmodernidad. In: HELLER, Ágnes; FEHÉR, Ferenc. *Políticas de la postmodernidad: ensayos de crítica cultural*. Barcelona: Ediciones Península, 1989.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALLO, Sílvio. Modernidade/pós-modernidade: tensões e repercussões na produção do conhecimento em educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.3, p.551-565, set./dez. 2006.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, 2008, p. 115-147.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. 3ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

LOMBARDI, José Claudinei. *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

MORAES, Maria Célia M. de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Portugal, v.14, n. 001, p.7-25, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 78, p. 3-46, out. 2007.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Modernidade/Pós-Modernidade. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

**Aprovado em julho de 2014**  
**Publicado em setembro de 2014**